

Abreu nega adoção de redutor

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, considerou uma excelente contribuição para a transição política o acordo celebrado ontem entre o Governo e um segmento do empresariado para que os reajustes de preços não ultrapassem a 90 por cento do IPC do mês anterior. Ele vai se empenhar para estender esse compromisso a todos os ramos empresariais, mas negou qualquer intenção da área econômica de criar uma espécie de redutor para a correção monetária, salários, câmbio e os haveres financeiros em geral.

"De fato, o acordo foi até além das minhas expectativas. Criou um paradigma a ser estendido a outros acordos, mas redutor... nem pensar", garantiu Abreu, negando qualquer possibilidade de choque na economia ou alteração da política praticada pelo Governo. Ficou assim subentendido que a área econômica manterá a política de juros altos e elevação real das tarifas de serviços públicos nos setores que ainda registram defasagem, como o da

energia elétrica. Admitiu que, posteriormente, entretanto, poderia colocar as tarifas nos foros de negociações.

TECIDO ADIPOSEO

Apesar de satisfeito com o entendimento iniciado ontem, o ministro não considerou anormal que os empresários não tivessem exigido contrapartidas. "Vai ver que talvez houvesse muito tecido adiposo", desconfiou Abreu, sugerindo que os preços atualmente praticados no País podem estar embutindo margens acima do valor real, tornando mais fácil a concessão.

Para ele, a grande contrapartida do acordo é a mudança no sistema de controle de preços, com a flexibilização da liberdade vigiada. Respeitando-se o limite de aumento de preços pactuado, não há porque o Governo insistir nas planilhas de controle.

Além do mais, o empresariado, tanto quanto o Governo, também está assustado com a explosão inflacionária e a verossimilhança entre o Brasil e a Argentina.